

A MODERNIDADE E A FRAGMENTAÇÃO DO FENÔMENO URBANO

José Carlos Rocha
Mestrando em Geografia - PUC-SP
josecarlosrocha@superig.com.br

RESUMO

As cidades ocidentais transformaram-se substancialmente, entre a Idade Média e a atualidade. Este artigo discute as razões destas metamorfoses estruturais, através de instrumentais teóricos, introduzidos por vários autores. Paralelamente, conceitua-se a Modernidade, a Pós-Modernidade e seus reflexos sobre a evolução urbana contemporânea. Após este diálogo, optou-se pelo paradigma da Modernidade radicalizada. Por intermédio desta definição, observa-se o predomínio do espaço fragmentado na caracterização do urbano em sua aparência e em sua essência. Concluindo que, a discussão deste fenômeno deve se orientar pela construção de novos modelos que analisem esta nova realidade espacial.

Palavras - chave: modernidade, pós-modernidade, espaço urbano fragmentado.

THE MODERNITY AND THE FRAGMENTATION OF THE URBAN PHENOMENON

ABSTRACT

The occidental cities had been changed substantially, between the Average Age and the present time. This article argues the reasons of these structural metamorphoses, through theoretical instruments, introduced for some authors. Parallel, it is appraised Modernity, After-Modernity and its consequences on the urban evolution contemporary. After this dialogue, was opted to the paradigm of radicalized Modernity. For intermediary of this definition, the predominance of the space broken up in the characterization of the urban one in its appearance and its essence is observed. Concluding that, the quarrel of this phenomenon must be oriented for the construction of new models that analyze this new space reality.

Keywords: modernity, after-modernity, broken up.

INTRODUÇÃO

A questão da Modernidade reporta-se a um grande arco de modificações na estruturas econômicas, sociais e políticas que abalaram o mundo ocidental, a partir do século XVII. Estas grandes transformações estruturais foram produzidas através da conjunção de vários movimentos, que atingiram o continente europeu a partir do final da Idade Média. Na tradução destes fenômenos, HALL (2001) coloca o Moderno como produtor de um sujeito específico, com características próprias, bem diferentes do homem medieval. O sujeito moderno apresentou os seguintes aspectos: indivíduo centrado, dotado da capacidade de razão, de consciência e de ação. Muitos movimentos importantes contribuíram para o surgimento desta nova concepção: a Reforma Protestante que libertou o homem europeu da Igreja Católica, relacionando-o diretamente com Deus, sem intermediários; a Renascença italiana que colocou o ser humano como centro do universo; o Iluminismo, produtor do homem racional, científico, libertado do dogma e da

Recebido em 22/07/2007
Aprovado para publicação em 11/10/2007

intolerância e por último o Capitalismo que possibilitou a ascensão da classe burguesa ao poder econômico e político.

A Pós-Modernidade constituiu-se em uma série de desprendimentos, produzidos por rupturas nas estruturas do conhecimento moderno. Estas rupturas foram construídas por cinco deslocamentos. 1. O Marxismo que durante a década de 1960 foi reinterpretado: o homem não é o agente da história. Sua ação dependeria das condições históricas criadas por outros e sob as quais ele nasceu, utilizando os recursos materiais e de cultura que lhe foi fornecido pelas gerações anteriores. Conseqüentemente deslocara-se qualquer ação de agência individual. Não há uma essência universal do homem e essa essência é atributo de cada indivíduo. 2. Freud e a descoberta do inconsciente. A identidade humana é produto de processos simbólicos do inconsciente, destruindo o conceito de racionalidade do Iluminismo. 3. Ferdinand de Saussure e seu trabalho de lingüística estrutural. Segundo Ferdinand, o homem não é o autor das afirmações ou dos significados de sua língua. Falar uma língua significa reproduzir uma enorme gama de significados, projetados por sistemas culturais peculiares, produzido por gerações. 4. Michel Foucault e a construção da definição de “poder disciplinar”. Este caracteriza-se por representar a força que disciplina a vida cotidiana do homem: oficinas, quartéis, prisões, hospitais... Seu objetivo consiste em produzir um ser humano dócil. 5. O Feminismo, tanto como crítica teórica como movimento social, questionou os valores capitalistas, a política, as formas burocráticas de organização social, produzindo novas categorias: na família, na sexualidade, no trabalho doméstico, no trabalho fora de casa, no cuidado com as crianças.

A diferenciação entre Modernismo e Pós-Modernismo também é tema de HARVEY (1996). Entretanto, como geógrafo este autor trabalha outras questões contextuais, sobre a sua configuração e a transposição entre estes dois fenômenos. David Harvey analisa holisticamente a passagem entre o Modernismo e o Pós-Modernismo: seus aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos são vistos em conjunto. A base para sua interpretação situa-se na evolução do relacionamento entre o espaço e o tempo. A pressão pela ampliação da acumulação do capital e a conseqüente redução do espaço e do tempo é a questão chave para a interpretação destes movimentos. O tempo foi acelerado e o espaço diminuiu: a comunicação é imediata e o capital é transferido com rapidez de uma região para outra do planeta. O termo “destruição criativa” foi utilizado por Harvey para caracterizar o novo construído, a partir das cinzas do antigo. O Pós-Modernismo é traduzido através deste paradigma. Conseqüentemente, as transformações culturais e sociais da atualidade, têm sua origem nas modificações da significação e da representação espaço-tempo, produzidos pelas tensões na acumulação do capital.

Finalmente, GIDDENS (1991) apresenta-se como um autor diferenciado. Ao contrário dos anteriores, não defende a existência da Pós-Modernidade:

...”Em vez de estarmos entrando num período de Pós-Modernidade, estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes”¹.

...”Nós não nos deslocamos para além da modernidade, porém estamos vivendo precisamente através de uma fase de sua radicalização”².

...”Não vivemos ainda num universo social pós-moderno, mas podemos ver mais do que uns poucos relances da emergência de modos de vida e formas de organização social que divergem daquelas criadas pelas instituições modernas”³.

Giddens propõe, sobre este tema, a seguinte afirmação: o pós-moderno é ainda uma possibilidade no horizonte da sociedade humana. Conseguimos observar apenas alguns relances, de seus possíveis pressupostos. Vivemos o que ele próprio denomina de “alta Modernidade”, onde suas características se radicalizaram. Define também a Modernidade como um período onde ocorreu o desencaixe tempo e espaço. O tempo desvinculou-se do lugar. Vários espaços simultâneos surgiram na vida do homem e o tempo deixou de vincular-se a natureza. O Moderno, produzido a partir do século XVII atinge seu ápice na atualidade.

Diante destas três tendências, sobre a Pós-Modernidade e a Modernidade, apresentamos nosso posicionamento. A Pós-Modernidade é apesar de todas as teorias levantadas, uma incógnita.

Evidenciamos, com clareza que há algo original na sociedade Ocidental: modificações estruturais na economia, na política, nas relações sociais, sexuais, raciais e religiosas, associadas a uma profunda transformação na cultura contemporânea.

Entretanto, os paradigmas atuais das Ciências Sociais, englobando a própria Geografia, não possuem arcabouço necessário para a construção uma sólida interpretação sobre as metamorfoses atuais. As tentativas de redefinição surgidas, nas últimas décadas dentro do âmbito das Ciências Sociais traduzem esta latente inquietação. Não possuímos atualmente, instrumentos de análise adequados. Estamos construindo-os.

As dificuldades encerram-se em uma questão essencial: utilizamos paradigmas produzidos durante a geração do Modernismo. Estes não possuem suficiente capacidade crítica, para decodificar novas e inquietantes tendências sociais, culturais, comportamentais e econômicas. O Marxismo geográfico contemporâneo tenta construir modelos que objetivam a construção de novos caminhos, sem os estereótipos e os dogmas anteriores.

SOJA (1993), eminente geógrafo norte americano, apresenta o posicionamento de Foucault, quando analisa a recente utilização do espaço com categoria essencial no Marxismo contemporâneo, em uma tentativa de desvincular-se dos primórdios do Materialismo Dialético:

...“Terá começado com Bergson, ou antes? O espaço foi tratado como o morto, o fixo, o não dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, era a riqueza, a fecundidade, a vida e a dialética”⁴.

...“A era atual talvez seja, acima de tudo, a era do espaço. Estamos na era da simultaneidade: estamos na era da justaposição, na era do perto e do longe, do lado a lado, do disperso”⁵.

...“Em outras palavras, não vivemos numa espécie de vazio dentro do qual possamos situar indivíduos e coisas. Não vivemos num vazio passível de se colorido por matizes variados de luz, mas num conjunto de relações que delinea localizações irreduzíveis, umas às outras e absolutamente não superponíveis entre si”⁶.

Conseqüentemente, optamos pela utilização da reflexão produzida por Giddens, considerando como a radicalização do Modernismo as transformações da atualidade. Dentro desta tendência, construiremos um diálogo com a sociedade urbana e suas características.

A visão que Soja constrói sobre a espacialidade, e sua importância na análise do fenômeno urbano será o referencial metodológico deste trabalho. A radicalização da Modernidade produziu a elevação da categoria espaço como força preponderante na Geografia Marxista. O tempo não se constituiu como um instrumental determinante, na crítica atual do Materialismo Histórico. O espaço urbano de Los Angeles traduzido por Soja, como um grande caleidoscópio onde várias espacialidades coexistem, é sintoma de possibilidades emergentes na construção de novos paradigmas de interpretação.

A CONSTRUÇÃO TEMPORAL DO ESPAÇO URBANO.

...“Em certos aspectos particulares, a cidade medieval alcançara êxitos que nenhuma cultura inferior anterior havia atingido. Pela primeira vez, a maior parte dos habitantes de uma cidade era de homens livres”⁷.

...“Embora a estrutura social da cidade permanecesse hierárquica, o fato de que o servo podia tornar-se cidadão livre destruíra qualquer segregação biológica de classes e provocara uma medida crescente de mobilidade social”⁸.

...“A preocupação ideal da Igreja com o Além, o único reino sobre o qual professava plena autonomia foi solapada por sua própria materialização, que a levou a procurar um correspondente visível de seu estado sagrado favorito, mais magnífico do que qualquer rival terreno poderia possuir”⁹.

A cidade medieval tornou-se a primeira célula urbana do mundo genuinamente cristão. Cristandade que se constituiu em um dos pilares da Civilização Ocidental. Possuiu características próprias, não igualadas no Mundo Antigo. Entretanto, sofreu de uma série de disfunções,

provocadas pelo desvirtuamento de sua essência: o Cristianismo. A “urbis” medieval caracterizava-se por apresentar-se como herdeira direta do modo de vida cristão, hegemônico e ao mesmo tempo apresentando-se como substrato do modo de produção feudal, também considerado preponderante naquela época.

MUMFORD (1991) expõe a evolução da cidade medieval, até sua transformação às portas da Renascença. Estas metamorfoses foram produzidas pela materialização do Catolicismo Romano: luxo e riqueza das elites econômicas e religiosas, violência institucional e pobreza da maioria da população. A cidadela medieval não se configurou em “Cristianópolis”. O Cristianismo não estabeleceu uma realidade espacial urbana, adaptada a sua fé e a seus dogmas.

Mumford também trabalhou a concepção do urbano no final da Idade Média, através da conceituação de Veneza. Segundo o autor, esta cidade representava aspectos urbanos medievais e projeções para o mundo que se avizinhava, naquele momento histórico:

...”Mas a dourada Veneza tem um aspecto especial que atrai nossa atenção. Nenhuma outra cidade mostra em forma mais dramática, os componentes ideais da estrutura urbana medieval. Além disso, nenhuma dava melhor indicação de seu próprio desenvolvimento interior de uma nova constelação urbana que prometia transcender ao recipiente murado que existia desde o princípio da Idade neolítica”¹⁰.

...”Noutras palavras, aproveitando ao máximo suas oportunidades, os venezianos, sem dúvida, inadvertidamente, inventaram um novo tipo de cidade, baseado na diferenciação e zoneamento das funções urbanas, separadas por vias de tráfego e espaços abertos. Isto constituía zoneamento na maior escala possível, praticado de um modo racional, reconhecendo a integridade das vizinhanças e diminuindo a desperdiçada ‘jornada de trabalho’. Tão natural à cidade era esse sistema que foi levado adiante, mesmo no século XIX”¹¹.

A nova cidade que surge após a dissolução da Idade Média é a cidade barroca, que possibilitou a materialização dos ideais produzidos com a construção do capitalismo mercantilista. Entretanto, como as próprias culturas humanas, as cidades possuem características novas e concomitantemente, aspectos remanescentes de períodos históricos anteriores. As cidades barrocas apresentavam-se desta forma, segundo Mumford:

...”As culturas humanas não morrem num dado momento, como organismos biológicos. Muito embora freqüentemente, pareçam formar um todo unificado, suas partes podem ter tido uma existência independente antes de ingressarem no todo e, pela mesma razão podem ser capazes de continuar existindo, depois que o todo em que outrora floresciam não funciona mais”¹².

...”O novo padrão de existência brotava de uma nova economia, a do capitalismo mercantilista; de uma nova estrutura política, principalmente a do despotismo ou da oligarquia centralizada, habitualmente personificada num Estado nacional; de uma nova forma ideológica, que se derivava da física mecanicista”¹³.

A sociedade capitalista transformou os pressupostos anteriormente básicos no relacionamento da sociedade medieval: o homem tornou-se o centro do universo e a busca incessante de riquezas materiais tornaram-se tônica do conjunto social. Sua influência no espaço urbano foi notável. Todavia, entre o medieval e o barroco, um universo intermediário configurou-se:

...”Antes que a organização barroca tivesse ganho controle de quase todos os aspectos da cena, houve uma fase intermediária na qual o novo e o antigo se misturaram e ganharam reciprocamente, pelo seu próprio contraste e oposição. Essa fase é ainda denominada, impropriamente de a Renascença”¹⁴.

As modificações estruturais nas cidades européias, que foram produzidas no final da Idade Média refletiram a preocupação dos monarcas e dos próprios urbanistas quanto sua qualidade de vida: ruas e becos tortuosos possibilitavam a expansão da criminalidade. O novo espírito geométrico da Idade Moderna influenciou em suas cidades, produzindo a destruição dos aspectos medievais. Não

observavam-se cidades renascentistas e sim setores urbanos renascentistas, nestas mesmas cidades. O símbolo de nova era apresentava-se através das ruas retas, dos arcos redondos e da repetição de elementos uniformes, como as cornijas, as janelas e as colunas¹⁵.

Mumford também esclareceu a questão que envolveu a transição ente o feudalismo e o capitalismo, refletindo na constituição das cidades burguesas, no final do medievo:

...”Suas marcas distintas são uma burocracia permanente, tribunais permanentes de justiça, arquivos e documentos permanentes e edificações permanentes, mais ou menos centralmente localizados, para a condução dos negócios oficiais”¹⁶.

...”E o próprio processo era de natureza recíproca: a centralização da autoridade exigia a criação de uma capital, ao passo que a capital, comandando as principais rotas de comércio e movimento militar, era uma poderosa contribuição à unificação do Estado. Essa transferência de poder foi acompanhada pela ascensão de uma burguesia oficial”¹⁷.

Os senhores feudais possuíam características ímpares: coletavam impostos e a paz reinava em seus domínios. A corte do monarca estava em contínuo movimento. Toda a aparelhagem burocrática do suposto estado, ainda não formado e com contornos bastante frágeis, não possuía uma cidade e ou uma capital fixa.

O estado, como atualmente conhecemos, começou a tomar forma a partir do século XIV, quando a população e o território cresceram demasiadamente. O despotismo monárquico nasce dentro destas circunstâncias. Paralelamente, a força das novas armas, produzidas a partir da utilização da pólvora possibilitou a destruição dos limites externos das muralhas das áreas urbanas medievais. A guerra moderna viabilizou a “destruição criativa”, instrumento de coerção do novo mundo moderno. As médias e grandes cidades européias transformaram-se, adaptando-se aos novos exércitos que passaram a possuir um ordenamento especial. As ruas, as avenidas tornaram-se amplas. Os novos planos urbanísticos indicavam esta necessidade. Deslocamento e rapidez eram a tônica.

A EXPLOSÃO URBANA

No final do século XIX, um amplo processo de expansão urbana verificou-se no Continente Europeu. O crescimento vertiginoso das metrópoles do Velho Mundo, especificamente dos Estados Unidos, deveu-se principalmente, ao intenso processo de industrialização, característico deste período. Para Hall (2002) estes grandes aglomerados urbanos são denominados como as “cidades das noites apavorantes”. Este autor coloca a exposição de um conhecido jornalista inglês, W. T. Stead, sobre os problemas sociais ocasionados pela intensa urbanização em Londres desta forma:

...” Poucos dos que lêem estas páginas sequer concebem o que são estes pestilentos viveiros humanos, onde dezenas de milhares de pessoas se amontoam em meio a horrores que nos trazem `a mente o que ouvimos sobre a travessia do Atlântico por um navio negreiro. Para chegarmos até elas é preciso entrar por pátios que exalam gases venenosos e fétidos, vindos das poças de esgoto e dejetos espalhados por toda a parte e que amiúde escorrem sob os nossos pés: pátios, muitos deles, onde o sol jamais penetra, alguns sequer visitados por um sopro de ar fresco, e que raramente conhecem as virtudes de uma gota d’água purificante. É preciso subir por escadas apodrecidas, que ameaçam ceder a cada degrau e, em alguns casos, já ruíram de todo, com buracos quem põem os membros e a vida do incauto. Acha-se o caminho `as apalpadelas, ao longo de passagens escuras e imundas, fervilhantes de vermes. E, então, se não forem rechaçados pelo fedor intolerável, poderão penetrar nos pardieiros onde milhares de seres, que pertencem como todos nós, à raça pela qual Cristo morreu, vivem amontoados como reses”¹⁸.

Estas circunstâncias repetiam-se por quase toda a Europa e, pela maior parte das grandes cidades da América do Norte: Londres, Paris, Berlim e Nova York. Porém cada cidade revelava uma característica singular. Londres deparava-se com o célebre cortiço, habitação clássica do operariado urbano, que crescera em projeções geométricas no último quartel do século XIX.

Concomitantemente, baixos salários, exploração do trabalho infantil e da velhice caracterizavam nesta época, o panorama social dos bairros proletários ingleses.

Os reflexos foram imediatos: violência urbana jamais observada passou a tornar-se elemento predominante, na paisagem urbana da capital do Reino Unido. A violência e o temor à revolução social já faziam parte do imaginário das classes burguesas e aristocráticas da Inglaterra. Entretanto, a revolução não era intuito das classes mais baixas. Seu objetivo básico era a melhora das condições sociais de uma maneira geral. Sua inserção ao capitalismo inglês era notória.

Nova York possuía também seus problemas sociais, extremamente elevados, que se multiplicaram após a Guerra de Secessão (1861-1865). A questão urbana atingiu a questão social, através da explosão das moradias coletivas insalubres. O imigrante que atingiu os Estados Unidos nas últimas décadas do século XIX, encontrou um panorama desolador na questão habitacional. Discutindo o relacionamento entre os problemas das grandes concentrações urbanas HALL coloca as seguintes proposições:

...”A diferença, portanto reside na concentração, em virtude da qual alguns milhares de ricos e alguns milhões de indivíduos da classe média foram levados a um estreito contato com milhões de pobres e indigentes. Nesse sentido, a industrialização e a urbanização, como sóem dizer os marxistas, criaram uma nova série de relações sociais”¹⁹.

...”O problema era quase universal. A questão para os historiadores estava em saber por que, dada a similaridade das estruturas econômicas subjacentes e consideradas as relações sociais delas resultantes, nos principais países industrial.”²⁰.

A questão levantada requer uma discussão sobre o relacionamento entre a historicidade e as relações espaciais. Provavelmente, a resposta à esta indagação é explicitada por Lefebvre in SOJA (1993), onde se discute uma nova perspectiva sobre as Ciências Sociais. O espaço passou a caracterizar-se como o ponto nevrálgico dos novos paradigmas produzidos pela Teoria Social Crítica, na qual se insere a Geografia. Soja cita Lefebvre para explicitar esse novo posicionamento do conhecimento geográfico sobre o tempo e o espaço:

...” A dialética está novamente em pauta.. Mas já não se trata da dialética de Marx, tal como a de Marx não era mais a de Hegel (...). A dialética de hoje já não se apega á historicidade e ao tempo histórico, ou a um mecanismo temporal como ‘tese-antítese-síntese’ ou

‘afirmação - negação - negação da negação’. Reconhecer o espaço, reconhecer o que está acontecendo’ ali e para que é usado, é retomar a dialética; a análise revelará as contradições do espaço”²¹... (21)

Soja apresenta as respostas às indagações produzidas por Mumford *op. cit.*, quando questiona as razões que levaram as cidades européias, a produzirem efeitos urbanos diferenciados sob a mesma infra-estrutura econômica: o capitalismo. As diferenciações espaciais entre as grandes cidades do mundo ocidental naquele período são as responsáveis por efeitos urbanos díspares. O próprio Soja novamente cita seus colegas Gregory et Scott para demonstrar a força da espacialidade na teoria crítica social moderna:

...” A estrutura espacial não é, por conseguinte, meramente a arena em que os conflitos de classe se expressam (Scott, 1976, p. 104), mas é também o campo no qual – e, em parte, através do qual – as relações de classe se constituem, e seus conceitos devem ter lugar na construção dos conceitos de determinadas formações sociais(...) as estruturas espaciais não podem ser teorizadas sem as estruturas sociais, e vice-versa, e (...) as estruturas sociais não pode sem ser praticadas sem as estruturas espaciais, e vice-versa, (Gregory, 178, p. 120-121)”²².

Apresentando argumentação similar a estes autores, LEFEBVRE (2002) *op. cit.*, teoriza sobre o fenômeno urbano atual, explicitando-o com uma realidade virtual, que se descortinará totalmente no futuro. Ao mesmo tempo, afirma que a sociedade urbana é posterior a sociedade industrial e

que possibilitará a condução das relações sociais humanas, juntamente com os modos de produção. Na interpretação desta nova sociedade, Lefebvre utiliza a expressão 'campo cego', que se explica como uma interpretação deturpada sobre o urbano, através das "lentes do urbanismo", pois estes elementos de análise, estes paradigmas atuais, foram produzidos durante o ápice da sociedade industrial. Portanto, novos instrumentais devem ser elaborados. A era do urbano solidifica-se. Este autor sintetiza-a através da seguinte definição:

..." O urbano se define como lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas"²³.

Lefebvre analisa este urbano como algo mais amplo e poderoso que a superestrutura econômica, os modos de produção. Considera a problemática urbana como uma questão mundial, sem fronteiras ideológicas e políticas. A sociedade urbana é planetária, cobrindo todo o planeta, recriando a natureza pela exploração industrial de todos os recursos materiais e humanos e pela destruição de todas as particularidades naturais. Segundo o próprio autor, o fenômeno urbano possibilita a transformação das relações e forças de produção. Conseqüentemente, tanto a força do capitalismo privado, quanto o poder do capitalismo de estado impedem a concretização total da sociedade urbana. O instrumento utilizado atualmente, para a análise destas contradições é o urbanismo. Porém, podemos considerá-lo um instrumental restrito, opaco e tendencioso, que não possibilita a visualização absoluta do próprio fenômeno, em rápida e completa mutação. Para Lefebvre o urbano não é harmonioso e especifica um conjunto de contradições:

..." Isso quer dizer que o urbano como forma e realidade nada tem de harmonioso. Ele também reúne os conflitos. Sem excluir os de classes. Mas do que isso, ele só pode ser concebido como oposição à segregação que produz uma desagregação da vida mental e social. Para evitar as contradições, para alcançar a harmonia pretendida, um certo urbanismo prefere a desagregação do laço social. O urbano se apresenta, ao contrário, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições. É nesse sentido que seu conceito retoma o pensamento dialético (modificado profundamente, é verdade, porque mais vinculado à forma mental e social que aos conteúdos históricos)"²⁴.

O urbanismo é um instrumental ideológico, que utiliza uma lente disforme na interpretação do fenômeno urbano. Possui elementos que indicam sua tendência modernista: a ilusão da neutralidade, em um conjunto de paradigmas que determinam tendências neopositivistas. Esquemáticamente, o urbanismo tenta desvendar o urbano dentro dos seguintes aspectos:

Urbanismo - veículo - racionalidade limitada e tendenciosa.

Espaço é ilusoriamente neutro e não político.

Conseqüentemente, é necessário afastar a leitura do urbanismo, para que se identifiquem as contradições deste mesmo espaço, refletido em "pedaços" concretos, produtos da ação humana através das relações de produção. Um "olhar" com uma visão fragmentada possibilitará a leitura deste espaço fragmentado, cuja forma é o caleidoscópio. Através da leitura de Darvey op. cit., podemos argumentar que o espaço unificado e integrado do Fordismo é oriundo das relações modernistas, enquanto que o espaço fragmentado da acumulação flexível é produto do Pós-Modernismo, ou segundo Giddens op. cit., da radicalização do Modernismo. Como modelo de espaço hiper-fragmentado SOJA op. cit., trabalhou conceitualmente a cidade de Los Angeles:

..."Los Angeles, como o Aleph de Borges, é sumamente difícil de traçar, peculiarmente resistente à descrição convencional. É difícil captá-la convincentemente numa narrativa temporal, pois ela gera um número excessivamente grande de imagens conflitantes e uma historicização desnorteante, que sempre parece se estender para os lados, em vez de se desdobrar seqüencialmente. Ao mesmo tempo, sua espacialidade desafia a

análise e a interpretação ortodoxas, pois ela parece ilimitada e constantemente em movimento”²⁵.

Para Soja, Los Angeles é a cidade onde todos os espaços, todas as historicidades se confrontam, demonstrando um grande caleidoscópio, no qual transformou-se a grande cidade dos dias atuais. A espacialidade fordista, colocava o espaço como único e unilateral. Era o espaço receptáculo, onde as concentrações urbanas constituíam-se no reflexo imediato de um determinado modo de produção, extremamente concentrado. A unidade de produção fordista construiu uma territorialidade própria, com elementos superpostos a sua própria espacialidade, alicerçados na sociedade em que estavam inseridas. A acumulação flexível alterou substancialmente este panorama. Uma nova espacialidade surgiu. A região, anteriormente estabelecida em caráter monobloco e contínua, metamorfozou-se. A espacialidade construída possibilitou a descentralização produtiva, criando redes descontínuas no universo do consumo e da própria produção. As grandes metrópoles mundiais, especialmente Los Angeles, como modelo característico, evidenciam a visualização de todas as historicidades e de todos os territórios, expondo-se através desta concretude, todos os vínculos espaços-temporais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Modernidade é o fator preponderante na construção de um novo modelo de urbanização, produzido nas últimas décadas. O urbano, como formato de fixação do homem sobre o ambiente natural, não se constitui como elemento isolado no espaço. O urbano é também produtor das relações espaciais, inseridas em seu contexto. A sociedade urbana, como projeção da superação da sociedade industrial, se expressa virtualmente, a caminho da realidade concreta. Conseqüentemente, vivemos hoje em um momento de transição, que nos levará a urbanização total. A interação de espaços já produzidos com espacialidades recentes, desenvolvendo fragmentações, engloba-os em uma nova paisagem. Hoje o espaço é construído sob as junções de outras espacialidades passadas, especificadas nas rugosidades (SANTOS, 2002) do mundo concreto, heranças de uma historicidade, pressuposto de um tempo diferente, mas ainda interagindo com o universo das relações humanas atuais.

REFERÊNCIAS

- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 2002.
- HALL, S. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- HALL, P. **Cidades do amanhã. Uma história intelectual do planejamento e dos projetos urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens das mudanças culturais**. São Paulo: Loyola, 1996.
- LEFEVBRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- MUMFORD, L. **A cidade na História**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

¹ GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP, 2002, p. 12-13.

² Ibid., p.57.

³ Ibid., p.58.

⁴ FOUCAULT in. SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p 17.

⁵⁵ Ibid., p. 17

⁶ Ibid., p. 25.

⁷ MUNFORD, Lewis. A cidade na História. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 08.

⁸ Ibid., p. 411.

⁹ Ibid. Ibidem.

¹⁰ MUNFORD, Lewis, op. cit., p.416

¹¹ Ibid., p. 419.

¹² Ibid., p. 444.

¹³ Ibid., p. 445.

¹⁴ MUNFORD, Lewis, op. cit., p. 448

¹⁵ Ibid., p. 449.

¹⁶ Ibid., p. 455.

¹⁷ Ibid. Ibidem..

¹⁸ HALL, Peter. Cidades do amanhã, Uma história intelectual do planejamento e dos projetos urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, p. 19-21.

¹⁹ Ibid, p.50.

²⁰ Ibid., p. 51

²¹ Ibid., p. 74.

²² SOJA, Edward W., op. cit., p. 57.

²³ LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002, p. 46

²⁴ LEFEBVRE, Henri, op. cit., p. 152

²⁵ Ibid., p. 160